

SANTOS, Joaquim Rodrigues dos. "Evolução Semântica e Etimológica do Conceito de «Castelo» em Portugal e a Percepção de uma Imagética Cultural Relativa ao Chamado «Castelo Português»". In: *Dedalus - Revista Portuguesa de Literatura Comparada*. Lisboa: Associação Portuguesa de Literatura Comparada, 2019, nr.22-23, pp.321-358.

REVISTA PORTUGUESA  
DE LITERATURA COMPARADA

N.º 11-12 2006-2008

# DEDALUS

AP ● ○ LC

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LITERATURA COMPARADA



EALCS  
COSMOS

## **Joaquim Manuel Rodrigues dos Santos**

ARTIS – Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

### **Evolução Semântica e Etimológica do Conceito de “Castelo” em Portugal e a Percepção de uma Imagética Cultural Relativa ao Chamado “Castelo Português”**

Many people in Portugal use to identify the Portuguese castles with an image very similar to the Castle of São Mamede in Guimarães, also seeming to make a distinction of it concerning the castles from other countries. Nevertheless, Portugal has a wide range of different medieval (and modern) fortifications, many of them with the same characteristics of the ones from other countries. Therefore, why the general perception of a kind of “Portuguese castle” different from other countries? The present essay intends to understand this perception of a cultural image of the “Portuguese castle” by analysing the semantic and etymologic evolution in Portugal of the concept of “castle”, through the study of lexicographic works since the 18th century, examined in parallel with the 19th-century illustrated periodical press, and complemented by an online survey which validates the contemporary image perception. Besides the understanding of the Portuguese society’s mental culture concerning the studied issue, this essay allows the establishment of a basis to perceive other themes (as several processes of restoration of medieval castles in Portugal).

Keywords: Castelo português; imagética cultural; evolução semântica; etimologia

#### ***Introdução***<sup>1</sup>

Conforme afirma Gilbert Durand, existe uma evolução semântica gradual nas palavras devido à sua contínua mutação ao longo do

---

<sup>1</sup> A investigação foi desenvolvida no âmbito do doutoramento na Universidad de Alcalá de Henares, realizado com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia mediante a atribuição de uma bolsa de doutoramento com a referência SFRH/BD/21695/2005. Uma parte da investigação iniciou-se, porém, ainda durante o desenvolvimento do mestrado, realizado na Universidade de Coimbra.

tempo: o significante (representação da palavra) pode sofrer poucas variações, mas o significado (configuração mental do que a palavra expressa) pode sofrer enormes alterações<sup>2</sup>. Pelo que se torna necessário analisar, a nível etimológico e semântico, os conceitos/definições que são parte do presente estudo, de forma a perceber a sua utilização em diferentes contextos temporais. Nesse sentido, procedeu-se a uma consulta sistemática de vários dicionários e enciclopédias consideradas fundamentais no contexto português. Além dos significados etimológicos aí encontrados, foi decidido expor também, como marco de comparação, os significados contemporâneos desses mesmos conceitos/definições descritos na bibliografia castelológica actual. A isto somam-se os dados obtidos numa sondagem realizada através de um inquérito *on-line*, visando uma validação da evolução semântica e percepção actual do conceito de castelo.

Se os dicionários e enciclopédias possibilitam uma percepção da evolução etimológica e semântica a nível mais institucional e académico, a evolução esteve (e está) também fortemente condicionada pelos meios informais das vivências diárias. Pelo que é necessário tentar conhecer essa percepção mais popular: para o estudo do período inicial, essa averiguação foi lograda mediante a análise do papel desempenhado pela imprensa periódica ilustrada oitocentista em Portugal, a qual influenciou de modo directo os seus leitores e, indirectamente, todo o público em geral; para o período contemporâneo optou-se por indagar directamente uma pequena amostra da população, mediante uma sondagem *on-line* de carácter indicativo. O cruzamento destes dados possibilitou gerar a conjectura relativa à existência de uma imagética cultural do “castelo português” no seio da população portuguesa.

### **Definições etimológicas e percurso lexicográfico**

Durand assinala a progressiva evolução semântica das palavras como resultado da sua transformação ao longo do tempo. Para melhor percepção dessa evolução etimológica e semântica nas várias definições-base do estudo, foram analisados 20 dicionários e enciclopédias

---

<sup>2</sup> Durand, *A Imaginação Simbólica*, 7-17.

consideradas mais representativas no seio da área cultural portuguesa, abarcando um espaço temporal que começa no século XVIII até à actualidade. Antes de se iniciar o estudo lexicográfico, apresentam-se seguidamente os significados actuais, segundo a perspectiva portuguesa, dos termos eleitos para a presente investigação. As definições aqui desenvolvidas foram estabelecidas em consonância com bibliografia castelológica específica.

<Castelo> designa uma construção defensiva estritamente militar da Idade Média, adaptada ao uso da neurobalística e situada em pontos estratégicos isolados ou em povoações, possuindo geralmente guarnição militar.

<Paço> designa um edifício residencial pertencente a monarcas e possuidores de um título nobiliárquico ou eclesiástico; quando o paço é fortificado denomina-se como <paço acastelado>.

<Palácio> designa um edifício residencial sumptuoso pertencente a monarcas ou possuidores de título nobiliárquico ou eclesiástico, mas também a plebeus abastados sem título nobiliário.

A comparação das definições anteriores com as definições presentes nos dicionários e enciclopédias analisados permite obter algumas conclusões fundamentais sobre a evolução semântica dos termos eleitos, desde princípios do século XVIII até à actualidade. Examinando as obras no seu conjunto, é possível discernir quatro momentos importantes que reflectem períodos da evolução cultural dos últimos três séculos em Portugal:

1. O primeiro momento corresponde à publicação da primeira obra lexical portuguesa: o *Vocabulario Portuguez e Latino*, cujo autor é o padre Rafael Bluteau (1638-1734) e que foi publicado em Coimbra entre 1712 e 1721.
2. O segundo momento aconteceu em meados do século XIX, em íntima relação com o movimento político da Regeneração e com a cada vez maior influência cultural de França<sup>3</sup>. A

---

<sup>3</sup> O historiador oitocentista português Joaquim de Oliveira Martins (1845-1894) escreveu em 1879 que “(...) o caso [de Portugal], talvez único na Europa, de um povo que, não só desconhece o patriotismo, que não só ignora o sentimento espontâneo de respeito e amor pelas suas tradições, pelas suas instituições, pelos seus homens superiores; que não só vive de copiar, literária e politicamente, a França, de um modo servil e indiscreto (...)” [Martins, *História de Portugal*, 415].

- influência francesa parece ter surgido assumidamente a partir da publicação do *Grande Dicionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portuguesa* entre 1871 e 1874, com base num manuscrito elaborado por frei Domingos Luís Vieira (†1854).
3. O terceiro momento foi a publicação da primeira obra enciclopédica de língua portuguesa, a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* publicada entre 1936 e 1960 sob a direcção de António Mendes Correia (1888-1960). Quando se publicou a primeira enciclopédia portuguesa já existiam quase dois séculos de experiência em França, e nesse sentido houve uma vez mais influências deste país. Entre as novidades introduzidas em relação aos seus predecessores lexicográficos estava a utilização profusa de imagens ilustrando parte dos vocábulos, os quais eram apresentados de modo bastante mais desenvolvido a nível lexical, etimológico, sintáxico e outros. Por outro lado, e seguindo as suas congéneres estrangeiras, a elaboração da enciclopédia teve a colaboração de personalidades relevantes do panorama cultural português.
  4. O quarto momento surgiu em finais do século XX, com a expansão do ciberconhecimento globalizado proporcionado pelos meios informáticos e internet: se por um lado os suportes digitais e *on-line* possibilitaram uma explosão da divulgação do conhecimento a uma escala imensa devido à quantidade de informação armazenada e às possibilidades de acesso permitidas, por outro a rede virtual interactiva e suas ligações promoveram a circulação do conhecimento a velocidades incríveis, num volume colossal de informação e a partir de qualquer ponto do planeta.



Imagem 1 – Referência a algumas das obras que marcam os quatro principais momentos principais relativos à análise lexicográfica (fonte: autor)

A análise das diversas definições e conceitos eleitos para o estudo, que se encontram inseridas nas obras lexicográficas portuguesas de referência, permitem perceber que as definições elaboradas por Bluteau há quase trezentos anos eram bastante próximas às definições apresentadas na bibliografia castelológica actual: numa época onde as fortificações abaluartadas continuavam a ser parte fundamental da poliorcética coeva, um <castelo> era uma fortificação ao modo antigo, ou seja, da época da neurobalística; já o <paço> era uma residência cuja designação só era permitida a personalidades aristocráticas, enquanto <palácio> significava uma residência opulenta cuja designação era permitida a plebeus sem título nobiliárquico<sup>4</sup>. Como se pode verificar, as definições de Bluteau eram muito congruentes com a realidade actual em termos castelológicos. A obra de Bluteau continuou a ser a base dos dicionários produzidos durante o século e meio seguinte, ainda que com algumas matizes de actualização.

A obra de Domingos Vieira, de finais do terceiro quartel do século XIX, marca o início do segundo momento importante nas obras lexicográficas e enciclopédicas, denotando a influência francesa em vários aspectos fundamentais na percepção da evolução semântica dos termos eleitos para o estudo. Por exemplo, se por um lado o termo <castelo> manteve parte do significado essencialmente militar que prevalecia nos dicionários de então, por outro Domingos Vieira adicionou a função residencial aristocrática como significado igualmente válido. Esta poderá ter sido uma influência francesa determinante, visto que o termo francês <château> designava não só as estruturas eminentemente militares<sup>5</sup>, mas também as grandes residências aristocráticas. No entanto, Domingos Vieira ressaltou no seu dicionário que esse conjunto

---

<sup>4</sup> O *Diccionario dos Synonimos da Lingua Portugueza, e Diccionario de Synonyms, seguido do Diccionario Poetico e de Epithetos*, publicado em Paris em 1852 por José Inácio Roquete (1801-1870) e José da Fonseca (1788-1866), acentuava este aspecto quando menciona que não se poderia designar como <paço> uma residência sumptuosa sem atender a quem a habitava – somente poderiam ser monarcas, fidalgos ou prelados eclesiásticos –, enquanto <palácio> poderia designar qualquer residência sumptuosa independentemente de quem a habitasse.

<sup>5</sup> Para os castelólogos franceses, o nome geralmente aplicado às estruturas fortificadas medievais é <château fort>.

residencial deveria possuir um aspecto militar, enquanto em França a designação “*château*” se aplicava igualmente aos edifícios residenciais sem conotação militar.

O *Diccionario Contemporaneo da Lingua Portugueza* publicado em 1881 por Francisco Caldas Aulete (1826-1878) e António dos Santos Valente (1839-1896) mencionava a existência de um tipo específico de <paço> – o <paço acastelado> – que seria a antiga residência feudal que tinha configuração acastelada, pressupondo o reconhecimento de uma diferenciação entre este tipo de edifício e o castelo militar vulgar. Porém, no *Diccionario Technico e Historico de Pintura, Esculptura, Architectura e Gravura*, publicado em 1875 por Francisco de Assis Rodrigues (1801-1877), era relatado que o termo <castelo> poderia designar também as residências aristocráticas com formas semelhantes aos castelos, e o *Diccionario dos Termos d’Architettura: Suas Definições e Noções Historicas* de Tomás Lino da Assunção (1844-1902), cujo dicionário possuía significativa influência francesa, propôs que o termo <castelo> seria uma estrutura residencial aristocrática fortificada, ignorando por completo as estruturas defensivas essencialmente militares que haviam sido na realidade a origem do vocábulo.

A partir de finais do século XIX as denominações dos distintos termos aparentemente estabilizaram a nível lexicográfico, ainda que com algumas actualizações semânticas efectuadas de maneira periódica. Os termos <paço> e <palácio> mantiveram-se constantes nos seus significados ao longo do século XX até à actualidade, definindo sobretudo edifícios residenciais grandiosos ou, em casos particulares, aqueles que continham funções administrativas municipais, jurídicas ou, em muito menor escala, outros usos. A diferença fundamental entre os dois termos era que enquanto o <paço> somente poderia ser um edifício residencial exclusivamente nobiliárquico (pertencente a monarcas, fidalgos ou altos prelados do clero), por <palácio> poderiam entender-se também os edifícios pertencentes a pessoas abastadas sem título nobiliárquico. No entanto, a maioria das obras lexicográficas e enciclopédicas generalizaram o duplo sentido para os dois termos: <paço> e <palácio> costumavam ser apresentados quase como sinónimos entre si – ainda que tenha prevalecido subtilmente o sentido conceptual nobiliárquico como distintivo entre ambos.



Examinando a evolução semântica dos diversos termos na sua totalidade, existe a sensação de que ironicamente, quando o desenvolvimento das distintas ciências apontava para uma maior precisão, as definições lexicográficas tornaram-se aparentemente menos rigorosas, dando lugar a enunciados duvidosos devido à maior inter-relação dos conceitos entre si. Por exemplo, não existiam fronteiras lexicográficas definidas entre <castelo>, <paço> ou <palácio> entre outros, pelo que as denominações costumavam incluir todos os significados que pudessem referir-se ao respectivo termo. Em lugar de clarificar a definição de cada vocábulo, a progressiva generalização de definições que se encontra presente nos dicionários e enciclopédias levantava uma dificuldade óbvia para determinar definições concretas de cada termo. Dificuldade que, eventualmente, continua a existir. Por outro lado, comparando as definições presentes em dicionários e enciclopédias actuais com a bibliografia castelológica existente, é fácil constatar a existência de discrepâncias entre ambos os tipos de obra. Isto sucede porque as obras castelológicas pertencem sem dúvida a um âmbito específico directamente dirigido a investigadores ou profissionais da área, enquanto as obras lexicográficas e enciclopédicas são dirigidas para a população em geral, abarcando nas suas definições todos os termos utilizados popularmente – ainda que estes não sejam completamente correctos.

Também é possível que o vocabulário utilizado normalmente pelo povo durante a época inicial do período em estudo poderia não corresponder semanticamente às definições reflectidas nas distintas obras lexicográficas e enciclopédicas, pelo que seria fundamental conhecer a realidade lexical da população portuguesa no século XIX, pelo menos relativamente aos vocábulos eleitos para o presente estudo. Luís Reis Torgal afirma que um dos melhores meios para se observar como uma época interpreta outra é estudar a sua literatura de divulgação, sobretudo as obras históricas dedicadas ao povo<sup>6</sup>. Do mesmo modo, uma das formas de compreender o pensamento popular oitocentista é investigar a sua imprensa periódica e, mais especificamente, a imprensa

---

<sup>6</sup> Torgal, “História, Divulgação e Ficção”, 507.



ilustrada, que indubitavelmente influenciou de modo directo os seus leitores e indirectamente todo o público português em geral.

### **A imprensa periódica ilustrada oitocentista em Portugal**

Durante o século XIX foi criada e divulgada em Portugal, por intermédio da imprensa periódica ilustrada, uma iconografia relativamente extensa que com frequência se centrava em fortificações medievais ou as incluía em planos cenográficos secundários. O inventário e classificação genérica dos diversos exemplares de iconografia mais significativos (fortificações medievais em Portugal, com relevância para os castelos) presentes na imprensa periódica ilustrada portuguesa permitiram compreender globalmente o âmbito alcançado por essa iconografia na definição do pensamento popular de vastos segmentos da população portuguesa. O período temporal sobre o qual incidiu a análise dos periódicos foi balizado por dois momentos fundamentais na História moderna de Portugal, que influenciaram bastante as questões relacionadas com o tema aqui desenvolvido: o fim da guerra civil em 1834, e a primeira revolução republicana em 1891.

O primeiro momento diz respeito à instauração definitiva do regime liberal, que entre as diversas medidas adoptadas promulgou a lei que estabeleceu a liberdade de imprensa e permitiu um grande desenvolvimento da imprensa periódica em Portugal. O segundo momento justifica-se com o fim do período de estabilidade “fontista” (as vagas de confrontos resultantes desembocaram na instituição do regime republicano em 1910). Além disso, a partir dessa data um periódico (*O Occidente*) adquiriu maior preponderância sobre os restantes, enquanto outros periódicos ilustrados de âmbito nacional estagnaram e desapareceram. Por outro lado, o que se pretendeu analisar foi o espólio de gravuras publicadas na imprensa periódica: as gravuras destacavam-se pela sensibilidade dos seus autores, que elegiam pormenores e enquadramentos, e com isso fixavam uma determinada visão pessoal. Com a aparição da fotografia e a sua generalização na imprensa periódica em finais do século XIX, a subjectividade tendeu a desaparecer devido ao maior realismo conseguido com a fotografia.

Terminada a guerra civil e estabelecido o regime liberal em Portugal em 1834, foi então promulgada a lei que instaurou a liberdade de imprensa. Fernando Sousa relata que foi a partir da segunda metade do século XIX que se registaram enormes progressos no periodismo de opinião e informação: o desenvolvimento do periodismo foi uma das manifestações mais autênticas e intimamente relacionadas com a própria evolução da cultura ocidental, que encontrou em meados do século XIX as condições propícias para o seu desenvolvimento (progressos significativos na instrução, nas vias de comunicação e telecomunicações, na urbanização das populações, no aumento do nível de vida, na democratização da sociedade, e na evolução das tecnologias). Todas estas circunstâncias contribuíram para que a imprensa periódica se tivesse convertido num meio atractivo para o povo se informar e inclusivamente como meio recreativo, já que pelo seu preço, simplicidade e variedade temática, era acessível a vastos estratos sociais em variadas regiões do país<sup>7</sup>.

Neste contexto, as primeiras sociedades educativas surgiram como um mecanismo compensatório promovido pelo sistema político liberal para combater as carências de instrução em Portugal<sup>8</sup>, cujas taxas de analfabetismo em princípios do século XIX alcançariam provavelmente os 90% de analfabetos<sup>9</sup>. Na intenção liberal para educar o povo, foi assumido o propósito de levar o conhecimento a este e, entre outros

---

<sup>7</sup> Sousa, “Introdução”, vol.10, 12-13.

<sup>8</sup> Alexandre Herculano (1810-1877) escreveu no seu texto *A Imprensa* publicado em 1838 que “(...) se a arte de escrever foi o mais admirável invento do homem, o mais poderoso e fecundo foi certamente a imprensa. Não é ella mesma uma força, mas uma insensível mola do mundo moral, intellectual e physico, cujos registos motores estão em toda a parte e ao alcance de todas as mãos, ainda que mão nenhuma, embora o presuma, baste por si para a fazer jogar (...)” [Herculano, *Opúsculos*, vol.10, 15]; António Feliciano de Castilho afinou pelo mesmo diapasão ao escrever em 1841 na *Revista Universal Lisbonense* que “(...) este século é tão destruidor como criador, matou a Livraria e pôs no seu lugar o jornalismo. Os livros eram a muita ciência para poucos homens; os jornais são um pouco de ciência para todos (...)” [citado por Torgal e Vargues, “Produção e Reprodução Cultural”, vol.5, 693].

<sup>9</sup> Ribeiro, “O Periodismo Científico e Literário Romântico: O Panorama - 1837/1844”, 64-65.

temas, a compreensão do seu Passado histórico<sup>10</sup>. O periodismo, enquanto instrumento privilegiado para a formação da opinião pública, popularizou esse ensino, transmitindo conhecimentos úteis e assumindo frequentemente um cariz enciclopédico. O periodismo oitocentista recorria a uma linguagem clara e acessível nos seus textos e a uma sensibilização mediante o uso da imagem: gravuras e depois fotografias.

A ideia de adicionar uma gravura ao texto tornou-se comum no século XIX, quando os progressos da xilogravura, da litografia e da fotografia proporcionaram uma maior qualidade estética e documental e uma diminuição do preço de produção. Através da gravura podiam-se ilustrar e representar, entre outros temas, os monumentos ausentes, apoiando o leitor na compreensão dos textos<sup>11</sup>. Inicialmente os editores portugueses foram forçados a escrever ou traduzir textos para gravuras que compravam no estrangeiro, visto que geralmente não existiam ilustrações apropriadas de artistas nacionais e de temas portugueses<sup>12</sup>. É muito provável que a recepção da imprensa estrangeira recebida pelos responsáveis editoriais portugueses tenha influenciado as suas opções editoriais nessa época. No entanto, a partir de meados do século XIX a indústria nacional de gravuras aumentou a sua importância<sup>13</sup>, opondo-se

---

<sup>10</sup> Fernando de Sousa relata que para os liberais portugueses, as influências do panorama britânico e francês haviam motivado a intenção de estabelecer em Portugal um sistema similar, acreditando que a difusão da instrução bastaria para obter a felicidade da nação: ao instruir o povo – sobretudo nas matérias históricas –, também se estaria a promover a consciência nacional, a cidadania e o patriotismo, reforçando o espírito nacional e as virtudes colectivas [Alves, “O Ensino”, vol.10, 313].

<sup>11</sup> Sobre este aspecto, um periódico da cidade do Porto, *O Periódico dos Pobres do Porto*, publicou um artigo mencionando que a ilustração era considerada como “a linguagem característico dos nossos tempos” e “um meio de comunicação mais rápido com o cérebro” [citado por França, *O Romantismo em Portugal*, 167].

<sup>12</sup> Baptista, *Alexandre Herculano Jornalista*, 42.

<sup>13</sup> Segundo Paula Dias Carneiro, o primeiro prelo litográfico existente em Portugal foi enviado de Paris para o pintor Domingos António de Sequeira (1768-1837), que realizou as primeiras litografias em 1822 servindo-se da sua experiência como gravador em chapa metálica; dois anos depois foi criada a Oficina Regia Lithographica sob a direcção de João José Le Coq (1798-1879), artista que tinha estudado litografia em França. O primeiro gravador português em madeira foi Manuel Bordalo Pinheiro (1815-1880), que havia começado o seu trabalho sem

ao hábito de recorrer às gravuras estrangeiras e valorizando o cuidado técnico dos trabalhos executados em Portugal<sup>14</sup>.

Como seguimento de uma extensa investigação onde se inventariaram e classificaram de maneira genérica os diversos exemplares presentes na imprensa periódica ilustrada do século XIX em Portugal, foi efectuada uma análise geral dos distintos tipos de edifícios representados, com o objectivo de compreender as diversas tendências seguidas pelas publicações estudadas. Antes de se iniciar a análise, torna-se necessário mencionar algumas notas prévias para explicar as opções metodológicas que foram seguidas, com a intenção de que as conclusões recolhidas sobre o material estudado sejam perceptíveis mais facilmente: foram eleitas 18 publicações periódicas ilustradas portuguesas durante o período compreendido entre 1834 e 1891; nos artigos destas publicações deveria de estar mencionada explicitamente a palavra “castelo” no texto ou legenda das imagens eleitas, sem a qual as imagens não seriam consideradas para o estudo (considerar-se-ia uma imagem “muda”, pois a fortificação aí representada não foi classificada pelos autores e, por isso mesmo, não se sabe o que essa fortificação era considerada naquela época). A classificação dos edifícios estrangeiros – não-portugueses – publicados na imprensa periódica portuguesa realizou-se somente sobre as imagens pertencentes a cinco esferas de influência cultural pré-definidas e consideradas mais importantes: britânica (Reino Unido e Irlanda), francófona (França, Bélgica,

---

mestre baseando-se sobretudo em modelos do *Magasin Pittoresque* francês [Carneiro, “A Imprensa Ilustrada - “...Unir o Prelo à Tela ou ao Mármore...”, 79-80].

<sup>14</sup> Sérgio Matos Campos assinala o papel de periódicos como o *Archivo Pittoresco* e *O Occidente*, que contribuíram imensamente para a promoção e desenvolvimento da gravura em Portugal. O *Archivo Pittoresco* dispunha inclusivamente de uma oficina própria para a produção de gravuras, com o objectivo de combater a invasão de gravuras estrangeiras [Matos, *Historiografia e Memória Nacional: No Portugal do Século XIX (1846-1898)*, 143]. Ernesto Soares enumera os maiores mestres da gravura portuguesa no século XIX [Soares, *História da Gravura Artística em Portugal: Os Artistas e as Suas Obras*, 10], e Paula Dias Carneiro menciona um importante conjunto de artistas que colaboraram com as diferentes revistas ilustradas [Carneiro, “A Imprensa Ilustrada - “...Unir o Prelo à Tela ou ao Mármore...”, 78-86].

Luxemburgo e Suíça francófonas), germânica (Alemanha, Áustria e Suíça germanófila), itálica (Itália) e hispânica (Espanha).

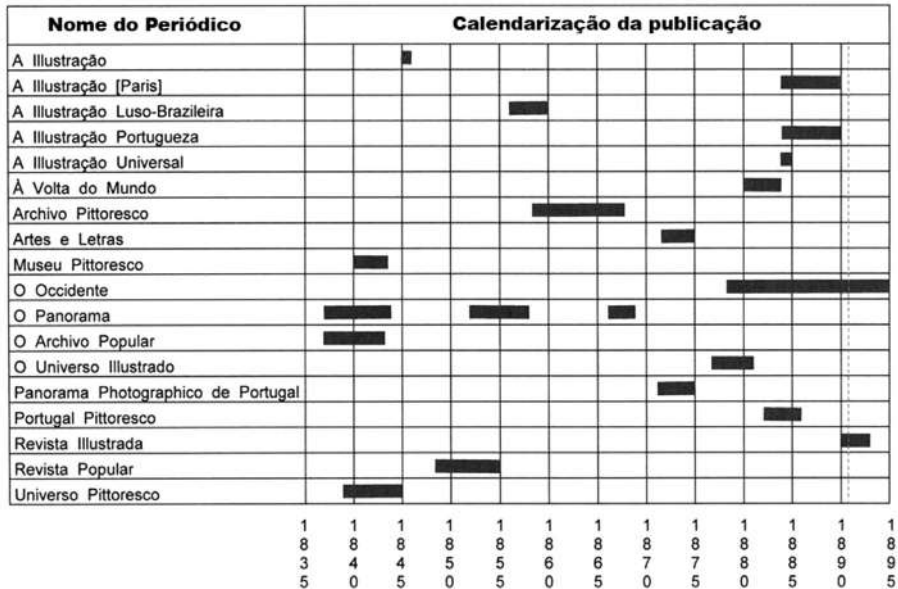


Imagem 2 – Gráfico com a distribuição temporal das revistas periódicas ilustradas oitocentistas eleitas para a presente investigação (fonte: autor)

Restringindo a análise ao caso particular das imagens que ilustram edifícios militares, pode-se dizer que, de entre as 265 imagens reunidas, 139 correspondem a edifícios portugueses e as restantes 126 a edifícios estrangeiros distribuídos do seguinte modo: área francófona (56 imagens), área britânica (29 imagens), área germânica (29 imagens), área hispânica (6 imagens) e área itálica (6 imagens). A área de influência cultural estrangeira com maior número de referências foi a francófona (44%), seguida da britânica (23%) e a germânica (23%), ficando a vizinha área hispânica (5%) e a itálica (5%) com o menor número de representações de imagens. Curiosamente, poder-se-ia supor que a área hispânica contribuiria com maior número de imagens pela sua maior proximidade geográfica, mas sucedeu precisamente o contrário, já que as referências encontradas foram muito escassas.

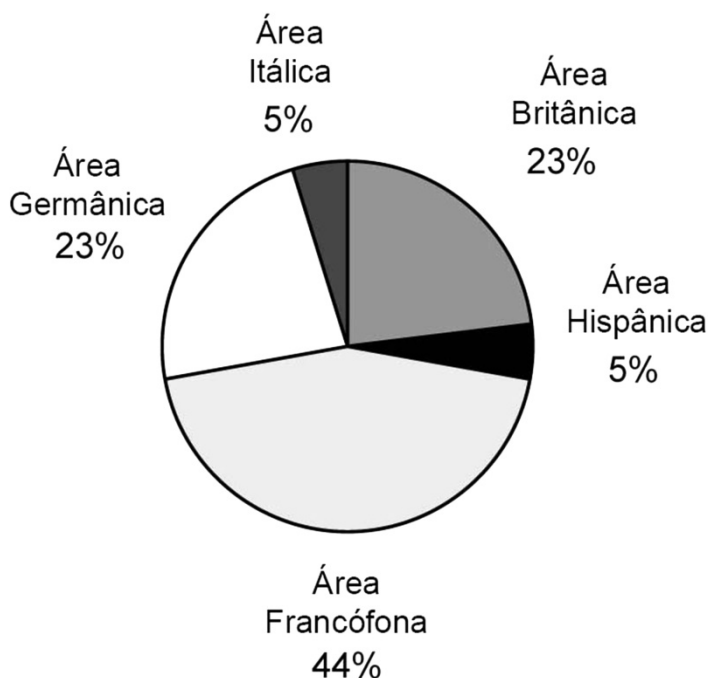


Imagem 3 – Distribuição, segundo as áreas de influência cultural, das gravuras presentes na imprensa periódica portuguesa que representam edifícios estrangeiros (*fonte: autor*)

A explicação para que a área francófona apareça com o maior número de imagens (entre as áreas culturais estrangeiras analisadas) na imprensa periódica portuguesa resulta da sua hegemonia cultural sobre o mundo ocidental durante praticamente todo o século XIX e, neste caso particular, sobre Portugal. Por outro lado, o movimento romântico teve uma influência significativa em Portugal durante parte do século XIX, pelo que explica parcialmente a razão pela qual a área britânica e a área germânica vigoram a seguir à área francófona em detrimento das áreas hispânica e itálica (onde o classicismo sempre foi mais predominante). Por outro lado, relativamente à área britânica, há séculos que o Reino Unido vinha exercendo influência sobre Portugal, especialmente depois das invasões napoleónicas; no tocante à área germânica, é necessário mencionar as afinidades existentes motivadas pela origem germânica

de Fernando II (1816-1885) de Saxe-Coburgo-Gota, rei consorte português.

Pode-se deduzir daqui que na imprensa periódica ilustrada portuguesa do século XIX, as preferências para a representação de fortificações medievais nas áreas culturais estrangeiras de maior relevância eram as imagens que mostravam edifícios provenientes da área cultural germânica e que apresentavam geralmente enquadramentos pitorescos, assumindo um carácter de certo modo poético, com panoramas e vistas de edifícios situados em posições dominantes dentro paisagens que continham de maneira invariável esplendorosos acidentes naturais e que contribuíam para conceder um maior dramatismo cenográfico à representação. Tal seria resultado, em certa medida, das influências do romantismo alemão, prefigurando ambientes que, ainda que sendo reais, poderiam também formar parte da ficção, do imaginário, dos mitos e do mundo literário.

Na área cultural britânica, o carácter pitoresco, que também assumiu um papel preponderante, não mostrava o dramatismo germânico, evidenciando antes o oposto: ainda que a água e a vegetação luxuriante fossem elementos presentes nas gravuras, os diversos cenários já não mostravam grandes acidentes naturais mas sim uma paisagem que passava a ser um complemento do edifício (panoramas ou vistas gerais, na sua maioria). Produto do romantismo inglês de índole mais naturalista, a acção do Homem traduzia-se por uma simbiose de contornos pacíficos com a Natureza; inclusivamente os edifícios representados que se encontravam em ruínas apresentavam-se envoltos em vegetação, corroborando assim uma harmonia sem dramatismo cenográfico e criando pelo contrário um ambiente idílico igualmente pitoresco. De certo modo, nos castelos ilustrados que estavam reduzidos à ruína, somente o que restava da sua estrutura mostrava a grandeza dos seus fundadores, enquanto os musgos corrosivos e a vegetação daninha que arrancava pedras às muralhas representavam a passagem inexorável do Tempo, ideia que muito agradava aos românticos britânicos.

Na área cultural francófona, onde um classicismo de influência racionalista manteve um papel determinante, a representação da Natureza não seria considerada como complemento ao enquadramento do edifício, mas sim como um acessório. Efectivamente, a maioria das vistas



representadas eram gerais e parciais, centrando-se sobretudo no edifício e deixando um mínimo de espaço para a paisagem natural, como mero detalhe de terminação ou, simplesmente, anulando-a. A representação idealizada dos edifícios compunha-se de forma descontextualizada, com uma abstracção da sua envolvente. Inclusivamente as imagens de ruínas seriam elaboradas com intenção de transmitir os aspectos formais e arquitectónicos dos edifícios e não para destacar a beleza geral do enquadramento, predominando assim o aspecto informativo sobre o aspecto artístico. As ilustrações da área francófona eram sobretudo analíticas, apresentando geralmente edifícios descontextualizados, com função meramente informativa sobre as suas qualidades próprias enquanto objecto arquitectónico<sup>15</sup>.

A forte influência francófona existente em Portugal pode explicar a razão pela qual a generalidade das representações de edifícios portugueses não procurou modelos de índole artística com enquadramentos esteticamente pitorescos, optando por favorecer sobretudo a componente informativa das imagens. Os edifícios ou cidades eram mais importantes que a paisagem que os rodeava. Com efeito, não seria determinante o cenário circundante ser gracioso e pitoresco para que o edifício pudesse ser retratado; seria mais importante que fosse representado com o objectivo de informar. Não interessaria se as ruínas eram belas, interessaria sim demonstrar o

---

<sup>15</sup> Segundo Françoise Choay, enquanto as gravuras elaboradas pelos antiquários classicistas representavam imagens analíticas de monumentos independentes, as gravuras dos românticos inscreviam os monumentos em cenários sintéticos que os dotavam de um valor pictórico suplementar, sem relação com a sua qualidade estética própria; desse modo, monumentos e edifícios antigos costumavam converter-se num contraponto necessário para as paisagens naturais e rurais ou para os panoramas urbanos, adoptando novas determinações como a sua implantação cenográfica, a pátina, as formas fantásticas e outros valores pitorescos [Choay, *A Alegoria do Património*, 116]. As fortificações medievais eram uma temática frequentemente atraente, visto que as estruturas fortificadas reduzidas a meras partes de muralhas remanescentes, com musgos e ervas daninhas que desprendiam as pedras, revelavam o poder do Tempo e a fragilidade e transitoriedade da Humanidade. Inclusivamente Honoré de Balzac (1799-1850) previu a destruição completa do património arquitectónico antigo que, no seu término, subsistiria apenas na iconografia.

estado do edifício (por exemplo, se estava conservado ou arruinado). Pode-se afirmar que mais que um carácter lúdico, a imprensa periódica portuguesa encabeçou um papel didáctico-educativo conforme ao que pretendiam os liberais portugueses. Se as imagens estrangeiras publicadas pela imprensa periódica portuguesa aparentemente foram eleitas pela sua importância histórica, arquitectónica ou simplesmente pelo seu enquadramento pitoresco, tal não terá sucedido na selecção dos edifícios portugueses a representar. Aparentemente, a possibilidade de eleger os edifícios situados nas principais vias de comunicação prevaleceu sobre a importância histórica, arquitectónica ou outra que pudesse ter existido.

O processo de averiguação de mais especificidades relativas aos diferentes edifícios representados na imprensa periódica ilustrada portuguesa, conforme as diversas áreas de influência, motivou a atribuição de uma classificação relativa às funções de cada edifício representado – militar, civil ou mista –, atendendo à sua função principal primitiva. Na maioria dos edifícios analisados existia quase sempre uma dualidade de funções, onde o castelo essencialmente defensivo possuía com frequência um complexo residencial reservado aos governantes (reis, titulares de cargos nobiliárquicos, governantes civis ou responsáveis militares), cujo maior ou menor luxo permitia diferenciá-lo das casernas militares; mas também existiam residências palatinas que assumiram linguagens arquitectónicas próprias da arquitectura militar defensiva e que poderiam possuir pequenas guarnições militares dentro das suas instalações. Nestes casos, optou-se por classificar os edifícios de acordo com a sua função principal, “militar” ou “civil”; contudo, nos casos onde não se pôde determinar a primazia fundamental de alguma das duas funções, aplicou-se a opção “mista”.

Depois de realizada a análise constatou-se que a diferença percentual atribuída a cada função é manifestamente diferente entre Portugal e as áreas culturais estrangeiras mais relevantes<sup>16</sup>: a função militar (77%)

---

<sup>16</sup> Devido ao número insignificante de exemplos presentes na imprensa periódica portuguesa relativamente às áreas de influência cultural hispânica e itálica – somente seis imagens em cada caso –, considerou-se que, por insuficiência de elementos para efectuar um inventário credível, a opção foi centrar a análise nas três áreas culturais restantes (francófona, britânica e germânica, além de Portugal).

predomina claramente para os edifícios portugueses ilustrados; na área cultural francófona, a função civil possui maior percentagem (46%), seguida da função militar (38%); na área anglófona, a função militar é predominante (49%), mas quase seguida pela civil (41%); finalmente, na área germânica a função civil é a predominante (58%), enquanto as opções militar e mista se igualam (21%). Conforme se pode verificar pela função primordial dos edifícios representados, chegou-se a algumas conclusões pertinentes, como o domínio da função militar nos exemplos portugueses, por oposição ao domínio civil na área germânica, e à relativa equidade entre as opções militar e civil nas áreas britânica e francófona.

É importante verificar se essa diferença também se encontra traduzida numa diferenciação tipológica entre os diversos edifícios das áreas culturais estudadas. Como tal, em virtude de existir a necessidade de englobar todos os edifícios estudados (os que estavam representados na imprensa periódica oitocentista em Portugal e foram designados como <castelo>), foi imperioso ordená-los seguindo critérios tipológicos actuais para poder compreender o contexto etimológico nessa época. Contudo, nos edifícios que apresentavam fracções com diferentes funções (caso dos castelos com palácios residenciais), optou-se por classificá-los seguindo a sua função principal, em detrimento das restantes.

Os edifícios representados na imprensa periódica ilustrada portuguesa foram classificados de acordo com as definições contemporâneas de “castelo”, “paço acastelado”, “paço/palácio” e o tópico “outro”, englobando vários tipos de estruturas defensivas (castros, torres, cercas, fortificações de transição, fortes modernos, etc.). A maior dificuldade deste método de classificação é a inexistência de uma diferenciação rígida entre os diversos termos eleitos, visto que, entre outros exemplos possíveis, as fronteiras entre os termos <castelo> e <paço acastelado> ou entre <paço acastelado> e <paço/palácio> são muito ténues para poderem ser exactamente precisas; além disso, como vimos antes, os critérios de denominação não se mantiveram claramente fixos e únicos ao longo dos tempos, variando muito segundo os contextos em que apareciam. Como tal, prevaleceu a função principal para a qual havia sido construído inicialmente o

conjunto edificado representado. A diferenciação tipológica tornou-se mais problemática relativamente a muitos dos edifícios ilustrados que não eram portugueses, devido sobretudo ao desconhecimento geral motivado também por diferenças culturais, entre outras.

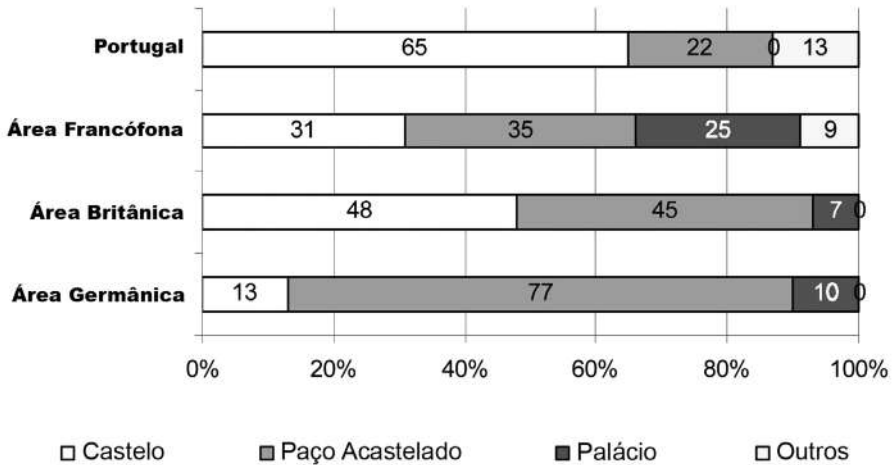


Imagem 4 – Distribuição tipológica dos edifícios representados nas gravuras da imprensa periódica ilustrada oitocentista em Portugal (*fonte: autor*)

Analizadas as imagens da imprensa periódica portuguesa do século XIX sob o prisma mencionado anteriormente, concluiu-se que para Portugal existia um claro predomínio dos castelos (64%) seguido, a uma enorme distância, pelos paços acastelados (22%) e o item “outros” (14%). Pelo contrário, na área germânica a grande maioria dos exemplos consultados referiam-se a paços acastelados (77%), seguido dos palácios e dos castelos (ambos com 10%). Já na área britânica, os castelos (48%) e os paços acastelados (45%) mantinham uma certa paridade, enquanto na área francófona esse equilíbrio ficava patente entre os castelos (29%), os paços acastelados (35%) e os palácios (25%) – ainda que o predomínio fosse para os paços acastelados. Na prática, estes dados confirmam os adquiridos anteriormente em relação às funções dos edifícios representados: o predomínio da representação de castelos medievais em Portugal coincide com uma clara prevalência da função militar, enquanto na área germânica, a uma maior percentagem de paços

acastelados corresponde uma maior percentagem da função civil; nas áreas britânica (entre os castelos e os paços acastelados) e francófona (entre os castelos, os paços acastelados e os palácios), a quase paridade tipológica reflecte-se também na relativa semelhança das percentagens entre as funções civil e militar, conforme se pode observar.

Por este motivo foi imperioso descobrir a razão das diferenças existentes entre Portugal e as áreas culturais britânica, francófona e germânica relativamente aos tipos de edifícios representados: de acordo com os critérios estabelecidos, considerou-se fundamental averiguar o motivo da inexistência de palácios e o predomínio de castelos e outros edifícios com função militar nas representações de edifícios portugueses, quando pelo contrário nas outras três áreas culturais – sobretudo a germânica e, em menor escala, a francófona – imperou a função civil e as tipologias de paços acastelados. A resposta poderá estar nas denominações atribuídas a cada edifício nos textos que as acompanhavam. Assim, é imprescindível observar aqueles textos que, como denominador comum, mencionavam explicitamente a palavra “castelo” referindo-se ao edifício ilustrado.

A grande maioria das imagens estrangeiras publicadas na imprensa periódica portuguesa durante o século XIX possuía também uma origem estrangeira, visto que costumavam ser copiadas juntamente com os seus textos<sup>17</sup>. Analisando os conteúdos agregados às ilustrações estrangeiras, verificou-se que para as imagens provenientes da área germânica os textos costumavam ser muito sucintos e breves, talvez porque o idioma alemão era menos acessível em Portugal que os idiomas francês e inglês; pelo que tal condicionante teria dificultado

<sup>17</sup> Jacinto Baptista cita Alexandre Herculano, o principal responsável pelo periódico *O Panorama*: “(...) Quanto a dar algum dia estampas (...) a maior dificuldade não está nos desenhos; está na gravura em madeira, único modo possível de as dar no meio do texto; aqui a direcção de *O Panorama* oferece e paga avultadas somas para as obter nacionais, e ainda não pôde encontrar senão dois curiosos que trabalham quando lhes dá na cabeça, sendo *carats* ou *clichets* franceses e ingleses a máxima parte das estampas que neste jornal aparecem (...)” [Baptista, *Alexandre Herculano Jornalista*, 42]. Devido a isso, Alexandre Herculano era forçado a escrever ou traduzir os respectivos textos e legendas para as gravuras estrangeiras que eram adquiridas.

as traduções dos enunciados originais de periódicos germânicos, dando lugar provavelmente a que os editores portugueses optassem por inserir legendas sumárias para as imagens provenientes deste espaço cultural.

A análise dos textos permitiu concluir que, observando as descrições dos edifícios ilustrados, há indícios suficientes para congeminar sobre a existência de um conhecimento conceptual diferenciado entre os edifícios denominados como <castelo> nas três áreas de influência cultural estrangeiras e em Portugal. De facto, as definições complementares presentes nos textos contribuíram para diferenciar os diversos tipos de edifício e para proporcionar-lhes descrições mais rigorosas; por exemplo, ao ter-se adicionado a definição “residência” junto à definição “castelo”, estava-se a indicar implicitamente que esse tipo de edifício não era só militar, mas também residencial nobiliárquico (um <paço acastelado>). Contudo, o conceito português <paço acastelado> não estaria ainda perfeitamente definido no século XIX. Ainda assim, pode-se demonstrar que na imprensa periódica ilustrada oitocentista em Portugal existiria uma apreensão das diferenças conceptuais dos castelos para cada área de influência cultural.

A análise do texto incidiu também sobre a enumeração dos elementos arquitectónicos (muralhas, torres, ameias, etc.) mencionados nos textos como sendo componentes dos edifícios ilustrados, mas neste caso somente dos edifícios portugueses, cujas descrições mais elaboradas permitiram retirar elementos estatísticos mais fidedignos. Nesse sentido, calculou-se a relação estatística destes elementos com o objectivo de identificar os mais frequentes e, com isso, poder inventariar os elementos possivelmente mais icónicos dos castelos medievais portugueses. A análise foi elaborada em conformidade com critérios actuais de classificação, mas é necessário recordar uma vez mais que no século XIX os conceitos associados à arquitectura militar ainda não se encontravam completamente desenvolvidos – pelo que frequentemente surgiram denominações que nessa época significavam algo diferente do que significam na actualidade.

Com as estatísticas efectuadas, que revelaram quais eram os elementos aludidos mais vezes nas descrições de castelos portugueses que foram realizadas em textos da imprensa periódica oitocentista em

Portugal<sup>18</sup>, é possível deduzir que poderia existir um tipo eventual – ou antes, uma imagem cultural – de “castelo português”, baseado num perfil formal. Os dados recolhidos permitem deduzir que a imprensa periódica portuguesa poderia ter contribuído para a formação dessa imagem cultural: segundo os resultados obtidos, o “castelo português” teria (citando conceitos actuais) muralhas geralmente com ameias, existiriam diversas torres – sendo uma delas a torre de menagem – e, além disso, seria relativamente frequente a existência de uma estrutura residencial nobiliárquica dentro das suas muralhas.

### **Sondagem indicativa sobre a imagética do castelo medieval**

As diferenças semânticas entre alguns vocábulos castelológicos, reconhecidas durante a análise das obras lexicográficas e enciclopédicas, proporcionaram um tema de investigação incidindo sobre os previsíveis modos de apreensão das várias conceptualizações semânticas, diferentes entre o meio enciclopédico e a realidade social do século XIX em Portugal – esta última estudada mediante a observação do “grande formador do povo”, a imprensa periódica ilustrada. Por sua vez, o estudo efectuado sobre a iconografia publicada na imprensa oitocentista proporcionou a constatação de que poderia existir uma provável imagem cultural do “castelo português”, que seria distinto dos demais castelos estrangeiros – pelo menos durante o século XIX e relativamente às áreas de influência cultural francófona, britânica e germânica. Pelo que se impôs saber, no caso de ter realmente existido essa imagem cultural, se esta continuou a persistir e, inclusivamente, se essa imagética se encontra ainda presente na actualidade.

O modo mais prático de fazê-lo é perguntar directamente às pessoas, e foi precisamente esse o método utilizado: foi realizada uma sondagem<sup>19</sup>, cujos resultados são meramente indicativos das diversas sensibilidades

<sup>18</sup> O elemento citado mais vezes foi “muralha” (49 citações), seguido de “torre” (41 citações), “ameias” (25 citações), “torre de menagem” (23 citações) e “alcácer” do castelo (21 citações); os restantes elementos possuíam valores mais baixos que as 10 citações.

<sup>19</sup> A sondagem/inquérito *on-line* esteve disponível na internet entre Junho de 2009 e Junho de 2011 (devido a problemas técnicos, a sondagem não esteve activa durante o ano de 2010), período durante o qual participaram 257 pessoas.



existentes, e que se dirigiu somente à população portuguesa. Para avaliar a existência de uma ou mais imagens culturais do presumível “castelo português” existente no seio da sociedade portuguesa, era imperioso propor aos inquiridos diversos tipos de estruturas que eventualmente poderiam ser consideradas como icónicas de alguma região cultural em particular. Tendo em conta o estudo realizado sobre a iconografia na imprensa periódica oitocentista portuguesa, os tipos de castelo eleitos para a sondagem basearam-se precisamente nos resultados obtidos então.

No entanto, seria muito óbvio eleger castelos estrangeiros representativos de tipos previamente definidos, visto que, sendo icónicos, as pessoas votariam considerando o edifício específico, em lugar de votarem num edifício hipotético localizado numa das áreas de influência cultural pré-determinadas. Pelo que se recorreu a um subterfúgio: optou-se por submeter à votação somente edifícios portugueses; no entanto, os desenhos dos edifícios representados ofereciam a particularidade da sua representação ter sido elaborada de modo algo diferenciado da realidade, para que a sua percepção por parte dos portugueses pudesse ser mais livre de associações directas. As 10 imagens distribuíram-se da seguinte maneira:

- A Figura 1 é baseada no Paço Acastelado dos Duques de Bragança em Barcelos, a partir de um detalhe do desenho de Duarte d’Armas (n.1465) que representa a cidade de Barcelos.
- A Figura 2 é baseada no projecto inicial do barão Wilhelm Ludwig von Eschwege (1777-1855) para a ala nova do Palácio da Pena em Sintra.
- A Figura 3 é baseada no próprio Palácio da Pena em Sintra.
- A Figura 4 é baseada no Castelo de São Mamede em Guimarães.
- A Figura 5 é baseada no Paço Acastelado de Ourém.
- A Figura 6 é baseada no Paço Acastelado de Porto de Mós.
- A Figura 7 é baseada numa maqueta do Castelo da Feira (Santa Maria da Feira).
- A Figura 8 é baseada no Palácio de Queluz (Sintra).
- A Figura 9 é baseada no Castelo de Bragança.
- A Figura 10 é baseada numa gravura oitocentista de Alfredo Roque Gameiro (1864-1935) presente na *História de Portugal: Popular e Ilustrada* de Manuel Pinheiro Chagas (1842-1895), a qual ilustra como seria o conjunto do paço manuelino e Castelo de São Jorge em Lisboa com base em imagens antigas.



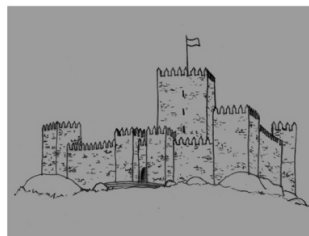
**Figura 1**



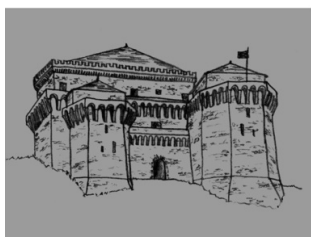
**Figura 2**



**Figura 3**



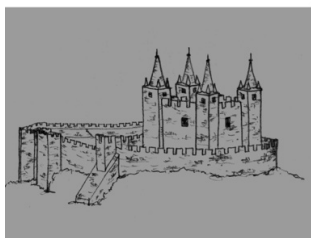
**Figura 4**



**Figura 5**



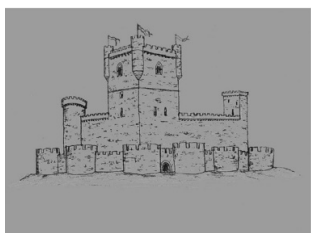
**Figura 6**



**Figura 7**



**Figura 8**



**Figura 9**



**Figura 10**

Imagem 5 – Figuras submetidas a votação na sondagem/inquérito *on-line* (fonte: autor)

Para cada imagem apresentada proporcionou-se a possibilidade de eleger um país de onde o edifício ilustrado pudesse ser hipoteticamente oriundo. De acordo com a investigação efectuada na imprensa periódica oitocentista, os países exibidos foram Portugal, Espanha, França, Reino Unido, Alemanha e Itália – relacionado com as suas respectivas áreas de influência cultural –, a que se juntou o item “outro”. Os resultados recolhidos foram de algum modo esclarecedores em alguns pontos determinantes; curiosamente, ninguém classificou todas as imagens como edifícios existentes em Portugal.

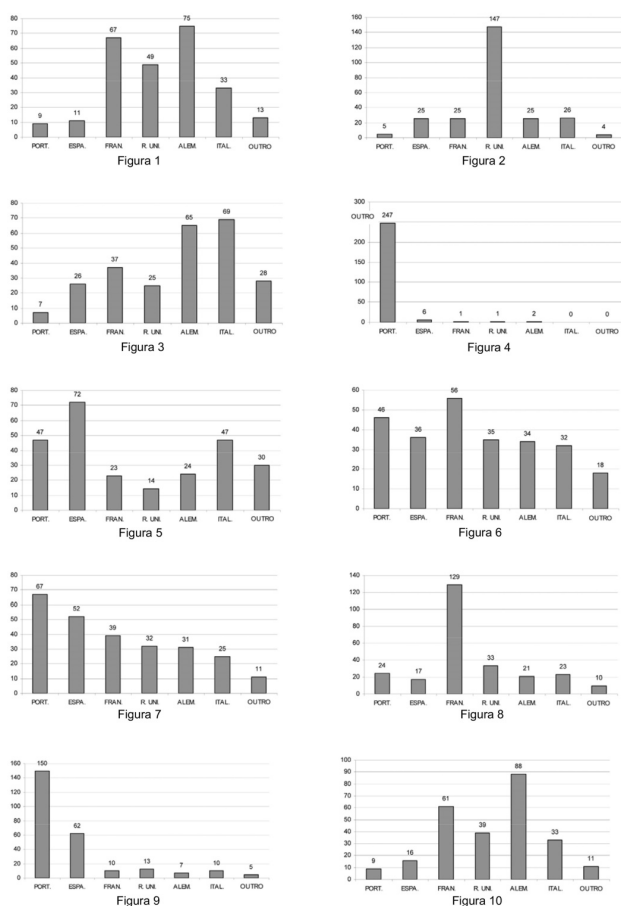


Imagem 6 – Distribuição das figuras submetidas a votação na sondagem/inquérito *on-line*, segundo as áreas de influência cultural (*fonte: autor*)

Em primeiro lugar destaca-se de modo claro a expressiva votação relativa à Figura 4, cuja ilustração se baseou no Castelo de São Mamede em Guimarães: de um universo de 257 participantes, 247 – correspondendo a 97% – elegeram Portugal como o país originário do edifício representado, demonstrando uma inequívoca preferência por este tipo de estrutura defensiva como sendo um edifício de origem portuguesa. Esta dedução corrobora, de facto, os resultados averiguados para o estudo efectuado relativamente à imprensa periódica, visto que ambos os tipos – o mais representado na imprensa periódica e o mais votado na sondagem como sendo de origem portuguesa – coincidem perfeitamente (um castelo cujo perfil, bastante simples, possuía essencialmente muralhas ameadas e diversas torres, entre elas a torre de menagem). Inclusivamente a segunda ilustração mais votada como sendo de um edifício oriundo de Portugal foi a Figura 9, cujas características são muito semelhantes às da Figura 4; no entanto, aqui a percentagem da opção que considera a origem como sendo portuguesa já não foi tão expressiva (58%), já que cerca de um quarto dos inquiridos (24%) elegeram Espanha como sendo a possível origem<sup>20</sup>. A terceira ilustração eleita como sendo de um edifício de origem portuguesa foi a Figura 7, baseada no Castelo da Feira; uma vez mais, esta estrutura apresenta características acentuadamente belicistas similares ao edifício ilustrado na Figura 4. No entanto, existem já diferenças consideráveis, sobretudo na torre principal, pelo que as percentagens se distribuíram com menor diferenciação: 27% para Portugal, 20% para Espanha, 15% para França, 12% para o Reino Unido e Alemanha, e 10% para Itália.

Alcançaram-se resultados igualmente apelativos para as Figuras 2 e 8, baseadas respectivamente no projecto de Eschwege para o Palácio da Pena em Sintra, e no Palácio de Queluz. Enquanto para o primeiro caso as classificações deram uma claríssima preferência à origem britânica para o edifício ilustrado (56%), para o segundo foi manifestamente

---

<sup>20</sup> É possível que a presença de guaritas na torre de menagem tenha sido responsável pelas afinidades aparentemente encontradas com os castelos espanhóis, pois existem vários destes castelos espanhóis cujas torres de menagem possuem de facto essas características, como por exemplo os castelos de Oropesa, de Belmonte de Campos, de Sobradillo e, um pouco diferentes, os castelos de Peñafiel, da Mota em Medina del Campo, e de Comuneros em Torrelobatón.

concedida uma origem francesa (50%), o que certamente permite com isso comprovar a existência de uma sensibilidade associada à cultura imagética dos portugueses: inquiridos sobre edifícios que possuíam características claramente palacianas, os portugueses aparentemente concedem a estes uma origem francesa, e inquiridos sobre edifícios neomedievais acastelados, aparentemente os portugueses elegem para eles uma proveniência britânica. Não é difícil compreender a razão para essas preferências: existe uma clara associação de ambas as ilustrações apresentadas na sondagem com edifícios icônicos estrangeiros, como os palácios de Versalhes ou do Louvre – ambos em Paris – e de Fontainebleau para o caso francês, ou os paços acastelados de Belvoir (Leicestershire), de Norris (Ilha de Wight) ou de Inverness na Escócia, para o caso britânico.

Os resultados obtidos para as Figuras 1 e 10 também permitem conjecturar algum tipo de tendência em classificar os paços acastelados medievais relativamente compactos como sendo provenientes principalmente dos espaços germânico e francófono, ainda que exista também algum predomínio deste tipo de edifício como tendo origem no espaço britânico e, em menor escala, no espaço itálico, conforme se pode vislumbrar nas percentagens para as Figuras 1 e 10 (respectivamente 29% e 34% para a origem germânica, 26% e 24% para francesa, 19% e 15% para britânica, e 13% e 13% para itálica). Uma vez mais se podem associar facilmente edificações icônicas estrangeiras a ambas as imagens, como as fortificações de Veste em Coburgo, de Harburg ou de Eltz em Münstermaifeld para os casos alemães, e os paços acastelados de Chaumont-sur-Loire, de Pierrefonds ou de Saumur para os casos franceses.

No entanto, os valores obtidos para três das imagens demonstram resultados algo ambíguos ou inclusivamente surpreendentes (no caso da Figura 3). Relativamente a este último caso, cuja ilustração se inspirou no Palácio da Pena em Sintra, constatou-se através dos valores obtidos que, ao contrário do que se poderia esperar, a suposta origem italiana (27%) superou – muito ligeiramente – a origem alemã (25%). Seria precisamente a origem germânica que se esperaria que pudesse vir a obter maior votação, visto que existem numerosas estruturas edificadas cujo perfil poderia ser similar ao edifício ilustrado na

imagem, como por exemplo os paços acastelados de Neuschwanstein em Hohenschwangau, de Wartburg em Eisenach, de Reichsburg em Cochem, ou de Hohenzollern em Hechingen. Pelo contrário, em Itália não se conhecem estruturas similares à representada na Figura 3 que pudessem ser icónicas a ponto do edifício ilustrado poder ser considerado como originário do espaço itálico. Entrando no campo da especulação, pode-se supor que a motivação para eleger a Itália como possível origem para o edifício ilustrado na Figura 3 tenha sido o desconhecimento generalizado que possuem os portugueses sobre a arquitectura medieval italiana; considerando que o edifício não se ajustaria a nenhum outro país passível de ser eleito, por exclusão de partes – e pressupondo que, para os outros países, tudo indica que existiria uma imagem cultural pré-definida por parte dos portugueses –, a predilecção terá recaído em Itália.

O mesmo poderia ter sucedido com a Figura 5, baseada no paço acastelado de Ourém: nesta imagem os resultados demonstram a selecção de Espanha (29%) como possível país de origem do edifício ilustrado, seguido por Portugal e Itália (ambos com 18%). Se para Itália facilmente se podem entrever similitudes com os castelos artilheiros renascentistas do início da pirobalística, como por exemplo os castelos *sforzescos* (de Soncino, de Dozza ou de Riolo Terme) e, sobretudo, o castelo artilheiro *malatestiano* de Sismondo de Rimini, já em Espanha dificilmente se vislumbra algum edifício de aparência idêntica ao edifício ilustrado<sup>21</sup> – pelo que a explicação para os números relativos a Espanha patente nos resultados da Figura 5 poderia, de certo modo, ser equivalente à explicação da Figura 3 relativa aos resultados de Itália. A presença de um número elevado de votos para Portugal como país de origem poderia estar relacionado com a especificidade do Paço Acastelado de Ourém: sendo um caso único em Portugal, é facilmente reconhecível por quem o tenha visitado antes, de modo que a respectiva correspondência ao edifício ilustrado na sondagem seria imediata.

Finalmente, a análise dos resultados para a Figura 6, cuja ilustração se baseou no Paço Acastelado de Porto de Mós, é bastante

---

<sup>21</sup> No entanto, podem-se observar algumas similitudes nos castelos de Coca e de Manzanares.

mais complexa, visto que os valores se distribuíram de um modo relativamente uniforme – ainda que com um ligeiro predomínio pela selecção de França como hipotético país de origem do edificio representado, seguindo-se Portugal. O Paço Acastelado de Porto de Mós é também ele um edificio singular em Portugal, pelo que o valor relativo à origem portuguesa poderia apresentar razões similares às da Figura 5 relativamente ao Paço Acastelado de Ourém; no entanto, talvez a singularidade se estenda também a outros países e, por isso, face à inexistência de alguma edificação icónica que possa assemelhar-se às características presentes na ilustração, os participantes distribuíram os votos entre as várias possibilidades existentes.

Das deduções extraídas a partir dos dados da sondagem, o mais transcendental aparenta ser o amplo interesse exibido por parte dos portugueses quando instados a eleger a origem portuguesa entre os distintos edificios fortificados, mostrando uma predilecção por estruturas edificadas de índole marcadamente defensiva e com um perfil extremamente particular, composto por muralhas ameadas, torres defensivas e torre de menagem. Efectivamente, a grande maioria dos edificios designados em Portugal como <castelo> apresentam essas características. Examinando as estruturas defensivas de Espanha, França, Itália, Reino Unido ou Alemanha, este tipo de edificação está igualmente presente na sua arquitectura militar, de um modo mais ou menos significativo (conforme os países); no entanto, este tipo de castelo foi considerado na sondagem como sendo de origem portuguesa de um modo muito substancial – tal como sucedeu anteriormente com os resultados referentes à investigação sobre a imprensa periódica ilustrada. Uma vez mais se pode aventar a possível existência de uma previsível imagem cultural do “castelo português”, cujo perfil é similar ao exibido na Figura 4.

### **Considerações finais**

A denominação de <paço acastelado>, inicialmente utilizada com alguma frequência, foi sendo esquecida ao longo dos tempos; na actualidade, o termo que se utiliza para os paços acastelados é <palácio> ou <castelo>, conforme tenha tido em maior ou menor grau



uma componente palaciana ou militar. Tendo em conta que durante o percurso lexicográfico de aproximadamente dois séculos e meio a evolução etimológica não mudou tão significativamente, as razões para essa mutação terminológica e semântica terão sido efectivamente outras. Conforme foi possível verificar antes, no século XIX o termo português <castelo> significava, de modo mais rigoroso, o que na actualidade se classifica como um “castelo medieval” ou como um “paço acastelado”, sabendo que este último também se poderia designar como <paço acastelado>. Um <paço> era uma residência real ou nobiliárquica, e um <palácio> poderia igualmente ser uma residência real ou nobiliárquica, mas também poderia designar um edifício residencial grandioso pertencente a uma pessoa abastada sem distinção nobiliárquica (uma pessoa que não possuía nenhum título nobiliárquico jamais poderia possuir um <paço>, por mais magnífico que fosse o edifício, já que a diferença entre <paço> e <palácio> não era material ou formal mas sim conceptual).

Os portugueses logravam então conceptualizar genericamente essa diferença entre <paço / palácio> e <castelo / paço acastelado>: o <paço> e o <palácio> eram edifícios basicamente residenciais, pelo que praticamente nunca costumavam ser denominados como <castelo>, inclusivamente quando possuíam elementos arquitectónicos que pudessem remeter vagamente à arquitectura fortificada, como a existência de ameias e torres; no entanto, eram denominados como <castelo> os edifícios palacianos que efectivamente possuíam alguma componente militar e que se assemelhassem a fortificações na sua imagem geral. Com a queda da monarquia e implantação da república em Portugal, o termo <paço> ficou sem significado, visto que os títulos aristocráticos foram igualmente abolidos pelo novo regime. O <paço>, que deixou de possuir aristocratas como proprietários, começou a ser denominado simplesmente como <palácio>, e o <paço acastelado> adoptou geralmente a denominação de <castelo>. Mas existia uma excepção: se a origem do edifício residencial era medieval, se tinha pertencido a um rei ou possuidor de título nobiliárquico e se não era acastelado, então a designação manteve-se como sendo <paço>; ou seja, um <paço> era semanticamente entendido como uma residência aristocrática de origem medieval – e ainda hoje o é,

no meio mais popular<sup>22</sup>. O conceito de diferença entre todos estes tipos de edificações surgiu somente no transcorrer do século XIX para o XX (os instrumentos conceptuais eram diferentes dos actuais, eram mais vagos).

Se é possível vislumbrar no século XIX a génese de uma imagem cultural do “castelo português” que se foi afirmando no seio da cultura portuguesa, também se pode logicamente afirmar que, junto com essa imagem cultural, se agregou uma distinção no modo como os portugueses conceptualizavam o “castelo português” relativamente às fortificações de outras áreas de influência cultural estrangeira. A imprensa periódica ilustrada terá tido um papel determinante no fomento dessa imagem cultural, como a maior divulgadora oitocentista de conhecimentos e de imagens iconográficas de fortificações medievais no seio da população portuguesa.

Analisando a imprensa ilustrada do século XIX em Portugal, verifica-se que várias das imagens denominadas como <castelo> provenientes das áreas de influência britânica, germânica ou francófona (as estrangeiras mais representadas na imprensa portuguesa) eram meros edifícios palacianos com função exclusivamente civil (residência nobiliárquica), que nem sequer possuíam nalguns casos elementos arquitectónicos que remetessem para a arquitectura fortificada, especialmente na área cultural francófona. A discrepância entre as representações de fortificações nas distintas áreas culturais relativamente a Portugal poderia explicar-se por ter resultado da tradução directa dos termos estrangeiros, sem considerar a diferença etimológica e semântica do significado ou sem que se conceptualizassem as diferenças físicas e funcionais dos edifícios mencionados. Para um inglês, um francês, um alemão, um espanhol, um italiano ou um português, certamente existiam – e continuarão existindo – diferenças relativamente ao vocábulo “castelo”; ou seja, apesar do significante (palavra) ser idiomáticamente o mesmo, o significado era distinto.

---

<sup>22</sup> A excepção à abolição dos títulos aristocráticos foi os títulos eclesiásticos. A residência destes prelados não possuía geralmente uma forma acastelada, pelo que se manteve para esta somente a designação de <paço>.

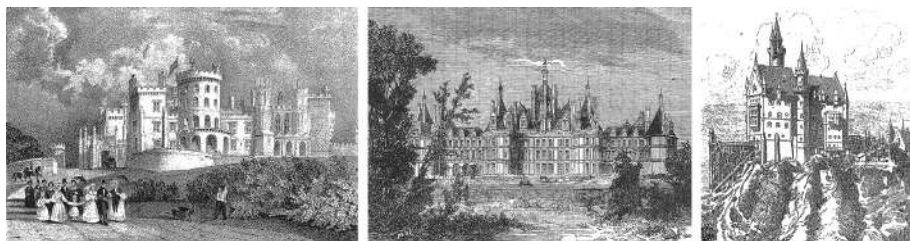


Imagem 7 – Gravuras publicadas na imprensa periódica ilustrada portuguesa, com edifícios denominados como “castelo” situados em áreas de influência cultural britânica (Castelo de Belvoir) (fonte: *Universo Pittoresco*; *O Universo Ilustrado*; *A Ilustração*), francófona (Castelo de Chambord) e germânica (Castelo de Neuschwanstein) (fonte: *Universo Pittoresco*; *O Universo Ilustrado*; *A Ilustração*)

A análise da imprensa periódica portuguesa parece corroborar então a hipótese da provável existência de um significante etimológico próprio de “castelo” em cada área de influência cultural e, neste caso particular, diferente da área portuguesa. Sem entrar em detalhes linguísticos e filológicos pormenorizados, uma vez mais se recorda que, no idioma português, o termo <castelo> designa uma construção defensiva medieval primordialmente militar, possuindo geralmente guarnição militar; <paço> designa um edifício residencial pertencente a portadores de título nobiliárquico (sendo fortificado, denomina-se <paço acastelado><sup>23</sup>), e <palácio> designa um edifício residencial sumptuoso pertencente a portadores de um título nobiliárquico ou a plebeus abastados.

Considerando que a maioria das ilustrações de edifícios estrangeiros provinha de França e do Reino Unido, é obvio concluir que a tradução directa para o vocábulo português <castelo> foi feita a partir dos termos francês <château> e inglês <castle>, que geralmente designavam não só as fortificações medievais (castelos), mas também os paços – acastelados ou não – cujo proprietário possuía titulação nobiliárquica; ou seja, <château> e <castle> denominavam, nos seus respectivos idiomas, o que os portugueses designavam como <castelo>, <paço acastelado>

<sup>23</sup> Uma vez mais se recorda que, na actualidade, a designação <paço> se refere geralmente aos palácios medievais que pertenciam a aristocratas; todos os edifícios palacianos pertencentes a aristocratas e posteriores à Idade Média são actualmente designados como <palácio>, de modo similar aos termos <palacio> espanhol e ao <palace> inglês.

e <paço><sup>24</sup>. Pelo que a designação portuguesa <castelo> utilizada na imprensa periódica portuguesa como tradução das palavras <château> e <castle> era, desse modo, considerada algo ambígua para um português.

Para o idioma germânico o termo alemão análogo ao português <castelo> era <burg>; mas para as designações portuguesas <paço> e <palácio> existia um único termo, o <schloß><sup>25</sup>. Considerando que as imagens que representavam edifícios germânicos costumavam ser recebidas em Portugal essencialmente por via francesa, é evidente que a designação do edifício estaria em francês que, por sua vez, havia sido anteriormente recebida do alemão: ou seja, as imagens de edifícios germânicos eram publicadas na imprensa periódica portuguesa com as respectivas designações sofrendo uma dupla tradução do alemão para o francês, e do francês para o português. Assim sendo, o que originalmente era um <schloß> em alemão, era traduzido para o português como <castelo> por intermédio do francês <château>, quando a tradução directa de <schloß> para o português deveria ser <paço> ou <palácio>. Resulta assim clara a razão pela qual existia um número substancial de palácios germânicos designados como <castelo> na imprensa periódica portuguesa.

Pode-se verificar por isso a permanência de vários edifícios estrangeiros denominados pela imprensa portuguesa oitocentista como <castelo> que, se fossem de origem portuguesa, jamais seriam definidos desse modo. É lícito afirmar então que, quando os portugueses de Oitocentos observavam na imprensa ilustrada as representações de castelos portugueses e depois as comparavam com ilustrações dos

---

<sup>24</sup> Os idiomas francês e inglês possuem denominações mais específicas similares às portuguesas: enquanto para <castelo> os termos análogos eram, respectivamente em francês e inglês, <château-fort> e <castle>, para <paço> eram <manoir> e <manor house>, tendo em conta que o <paço acastelado> corresponderia à <maison-fort> e à <fortified manor house>; no entanto, nos meios de comunicação generalista essa distinção lexicográfica não era frequente, pelo que os três tipos de edifícios costumavam ser designados sob a denominação genérica de <château> e <castle> respectivamente. O idioma inglês possuía ainda outra afinidade com o português relativamente ao termo <palace>, que era semanticamente similar ao português <palácio>.

<sup>25</sup> Existe o termo alemão <palast>, que antigamente possuía conotação semântica similar ao <palácio> português; no entanto, assim como sucedeu em França com a palavra <palais>, o termo <palast> adquiriu com o tempo uma conotação semântica distinta da original, referindo-se na actualidade a alguns tipos muito específicos de edificação mais relacionados com a sua função pública ou com adjectivações mentais alusivas a magnificência.

edifícios estrangeiros representados nesses mesmos periódicos – onde surgiam frequentemente palácios e paços acastelados denominados como <castelo> –, era lógico que pouco a pouco comesçassem a diferenciar os distintos tipos de “castelos”, associados por sua vez a distintas áreas culturais. Isto torna-se evidente na sondagem indicativa que foi realizada, cujos resultados demonstram explicitamente a associação de diferentes tipos de edifícios a distintas áreas culturais, tendo em conta que a grande maioria dos diversos modelos tipológicos constantes na sondagem seguramente que existem em quase todos os países europeus.

Por fim, e para concluir a importância do presente estudo para o panorama da investigação, se à primeira vista a presumível existência de uma imagem cultural do “castelo português” pode parecer algo inócua e mesmo irrelevante, o aprofundamento do estudo possibilitou, por exemplo, ajudar a compreender muitas das intervenções patrimoniais efectuadas em fortificações medievais, ou mesmo a perceber a evolução dos estudos castelológicos em Portugal. De facto, foi possível entender posteriormente as influências, procedimentos, soluções e a cultura dos arquitectos intervenientes na recuperação das fortificações medievais nos século XIX e XX em Portugal, os quais terão influenciado até hoje a nossa visão destes edifícios e, logicamente, as intervenções efectuadas em vários deles.



Imagem 8 – Castelo de São Mamede em Guimarães, cujo perfil corresponde por inteiro à imagética cultural do “castelo português” (fonte: Direcção- Geral do Património Cultural - Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, IPA.00001060: Castelo de Guimarães “Vista geral do castelo, face oeste, depois da execução dos trabalhos”, SIPA Foto.00050057), e Castelo de São Jorge em Lisboa após a intervenção de restauro, que lhe conferiu um perfil inspirado na imagética cultural (fonte: Direcção- Geral do Património Cultural - Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, IPA.00003128: Castelo de São Jorge e cercas de Lisboa Vista geral do castelo, SIPA Foto.00512786)

## **Referências bibliográficas analisadas**

### ***Periódicos ilustrados***

- A Arte Portuguesa* [3 vols.], Porto, 1882-1884
- A Arte* [2 vols.], Lisboa, 1879-1881
- A Ilustração* [2 vols.], Lisboa, 1845-1846
- A Ilustração* [8 vols.], Paris, 1884-1890
- A Ilustração de Portugal e Brazil* [1 vol.], Lisboa, 1885
- A Ilustração Luso-Brazileira* [3 vols.], Lisboa, 1856-1859
- A Ilustração Portuguesa* [5 vols.], Lisboa, 1884-1890
- A Ilustração Universal* [2 vols.], Lisboa, 1884-1885
- A Semana Illustrada* [1 vol.], Lisboa, 1887-1888
- À Volta do Mundo* [3 vols.], Lisboa, 1880-1883
- Album Artistico de Portugal* [1 vol.], Lisboa, 1891
- Archivo de Architectura Civil* [1 vol.], Lisboa, 1865-1867
- Archivo Pittoresco* [11 vols.], Lisboa, 1858-1868
- Archivo Popular* [7 vols.], Lisboa, 1837-1843
- Archivo Universal* [1 vol.], Lisboa, 1859-1861
- Arte Portuguesa* [1 vol.], Lisboa, 1874
- Artes e Letras* [4 vols.], Lisboa, 1872-1874
- Chrónica Illustrada* [1 vol.], Lisboa, 1882
- Museu Pittoresco* [2 vols.], Lisboa, 1840-1843
- O Museu Pittoresco* [1 vol.], Lisboa, 1872
- O Occidente* [33 vols.], Lisboa, 1878-1910
- O Panorama* [18 vols.], Lisboa, 1837-1868
- O Panorama Contemporaneo* [1 vol.], Coimbra, 1883
- O Universo Illustrado* [4 vols.], Lisboa, 1877-1880
- Os Dois Mundos* [3 vols.], Lisboa, 1877-1881
- Panorama Photographico de Portugal* [4 vols.], Coimbra, 1871-1874

*Rodrigues dos Santos: Evolução Semântica e Etimológica do Conceito de “Castelo” em Portugal e a Percepção de uma Imagética Cultural Relativa ao Chamado “Castelo Português”*

*Portugal Pittoresco* [1 vol.], Coimbra, 1879

*Portugal Pittoresco* [2 vols.], Lisboa, 1883-1885

*Revista Arqueologica e Historica* [4 vols.], Lisboa, 1887-1890

*Revista Illustrada* [3 vols.], Lisboa, 1890-1892

*Revista Pittoresca* [2 vols.], Lisboa, 1861-1863

*Revista Popular* [6 vols.], Lisboa, 1848-1855

*Universo Pittoresco* [3 vols.], Lisboa, 1839-1844

### ***Dicionários e enciclopédias***

Assunção, Tomás Lino da. *Diccionario dos Termos d’Architettura: Suas Definições e Noções Historicas*. Lisboa: Antiga Livraria Bertrand - José Bastos, 1895

Aulete, Francisco Caldas; Valente, António dos Santos. *Diccionario Contemporaneo da Lingua Portuguesa* [2 vols.]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881

Bastos, José da Silva. *Diccionario Etymológico, Prosódico e Orthographico da Lingua Portuguesa*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira Livraria Editora, 1928

Bivar, Artur. *Dicionário Geral e Analógico da Língua Portuguesa* [3 vols.]. Porto: Edições Ouro, 1948

Bluteau, Rafael. *Vocabulario Portuguez e Latino* [8 vols.]. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1721

Brunswick, Henrique. *Diccionario de Synónimos da Lingua Portuguesa*. Lisboa: Typographia do Commercio, 1899

Casteleiro, João Malaca (dir.). *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa* [2 vols.]. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa - Fundação Calouste Gulbenkian, 2001

Constâncio, Francisco Solano. *Novo Diccionario Critico e Etymologico da Lingua Portuguesa*. Paris: Angelo Francisco Carneiro editor, 1863

Correia, António Mendes (dir.). *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* [40 vols.]. Lisboa - Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1936-1960

Costa, Joaquim Almeida; Melo, António Sampaio e. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 1999



- Faria, Eduardo de. *Novo Diccionario da Lingua Portuguesa* [4 vols.]. Lisboa: Typographia Lisbonense, 1849
- Figueiredo, António Cândido de. *Nôvo Diccionário da Língua Portuguêsa* [2 vols.]. Lisboa: Livraria Editôra Tavares Cardoso & Irmão, 1899
- Fonseca, Pedro José da. *Diccionario Portuguez e Latino Impresso por Ordem delRei Fidelissimo Dom José I.* Lisboa: Regia Officina Typografica, 1771
- Houaiss, António; Villar, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* [18 vols.]. Lisboa: Temas & Debates, 2003-2005
- Lacerda, José Correia de. *Novissimo Diccionario dos Synonymos da Lingua Portuguesa.* Lisboa: Escriptorio de Francisco Arthur da Silva, 1860
- Machado, José Pedro (coord.). *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* [12 vols.]. Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa Algés - Euro-Formação, 1989
- Nunes, António Pires. *Dicionário de Arquitectura Militar.* Lisboa: Caleidoscópio, 2005
- Oliveira, Manuel Alves. *Enciclopédia Fundamental Verbo* [2 vols.]. Lisboa - São Paulo: Editorial Verbo, 1982
- Portillo, Lorenzo (dir.). *Grande Dicionário Enciclopédico Ediclube* [18 vols.]. Alfragide: Ediclube - Edição e Promoção do Livro, 1996
- Rodrigues, Francisco de Assis. *Diccionario Technico e Historico de Pintura, Esculptura, Architectura e Gravura.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1875
- Roquete, José Inácio; Fonseca, José da. *Diccionario dos Synonimos da Lingua Portuguesa, e Diccionario de Synonymos, seguido do Diccionario Poetico e de Epithetos.* Paris: J.-P. Aillaud, 1852
- Silva, António de Moraes. *Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa* [5 vols.]. Lisboa: Editorial Confluência, 1988
- Silva, António de Moraes. *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* [12 vols.]. Lisboa: Editorial Confluência, 1949-1959
- Silva, António de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa Recopilado de todos os Impressos até ao Presente* [2 vols.]. Lisboa: Typographia de M. P. de Lacerda, 1823
- Silva, António de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa, Reformado e Accrescentado* [2 vols.]. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789
- Vieira, Domingos Luís. *Grande Diccionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portuguesa.* Porto: Editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1871-1874

Rodrigues dos Santos: *Evolução Semântica e Etimológica do Conceito de “Castelo” em Portugal e a Percepção de uma Imagética Cultural Relativa ao Chamado “Castelo Português”*

Torrinha, Francisco. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa para os Estudantes e para o Povo*. Porto: Editorial Domingos Barreira, 1964

< <http://infopedia.pt> >, *Infopédia* [on-line], Porto Editora

< <http://lexico.pt> >, *Léxico: Dicionário Português Online* [on-line], KDictionaries

< <http://priberam.pt> >, *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [on-line], Priberam Informática

< <http://wikipedia.org> >, *Wikipedia: The Free Encyclopedia* [on-line], Wikimedia Foundation

## **Bibliografia geral**

Alves, Luís Marques. “O Ensino.” António de Oliveira Marques; Joel Serrão (dir.), *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 2003, vol.10

Baptista, Jacinto. *Alexandre Herculano Jornalista*. Amadora: Livraria Bertrand, 1977

Carneiro, Paula Dias. “A Imprensa Ilustrada - “...Unir o Prelo à Tela ou ao Mármore...”.” AAVV, *As Belas-Artes do Romantismo em Portugal*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 1999

Choay, Françoise. *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 2000

Durand, Gilbert. *A Imaginação Simbólica*. Lisboa: Edições 70, 1995

França, José-Augusto. *O Romantismo em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999

Herculano, Alexandre. *Opúsculos*. Lisboa: Viúva Bertrand, 1898, vol.10

Martins, Joaquim de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães Editores, 2004

Matos, Sérgio Campos. *Historiografia e Memória Nacional: No Portugal do Séc. XIX (1846-1898)*. Lisboa: Edições Colibri, 1998

Ribeiro, António Manuel. “O Periodismo Científico e Literário Romântico: O Panorama – 1837/1844”, *Munda*, 29, 1995

Soares, Ernesto. *História da Gravura Artística em Portugal: Os Artistas e as Suas Obras*. Lisboa: Livraria Sancarlos, 1971

- Sousa, Fernando. “Introdução.” António de Oliveira Marques; Joel Serrão (dir.), *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 2003, vol.10
- Torgal, Luís Reis. “História, Divulgação e Ficção.” Fernando Catroga; José Amado Mendes; Luís Reis Torgal, *História da História em Portugal: Sécs. XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores e Autores, 1996
- Torgal, Luís Reis; Vargues, Isabel Nobre. “Produção e Reprodução Cultural.” José Mattoso (dir.), *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, vol.5